

Eixo 3. Formação docente: políticas e processos

FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA AMÉRICA LATINA: POLÍTICAS CURRICULARES NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Jáima Pinheiro de Oliveira – UFMG – jaima@ufmg.br

Ricardo Cuenca – UNMSM – rcuencap@unmsm.edu.pe

Gilmar de Carvalho Cruz – UNICENTRO – gilmailcruz@gmail.com

Há uma espécie de consenso mundial sobre a importância de se avançar na definição e implementação de políticas educacionais que assegurem os princípios da educação inclusiva. Relatórios da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2021; 2020) sobre inclusão e educação na América Latina e Caribe, destacam a necessidade de apoio a docentes para que assumam o atendimento à diversidade humana em suas atuações profissionais. Todavia, mesmo com 70% dos países da região prevendo leis ou políticas para a capacitação docente voltada para a inclusão escolar, mais de 50% de docentes no Brasil, na Colômbia e no México, por exemplo, relataram necessidade de desenvolvimento profissional voltado para aspectos específicos de estudantes com deficiência. A literatura especializada aponta que a formação docente tem sido marcada por aligeiramento e fragmentação, como se o objetivo fosse a formação de um técnico do saber fazer. As diretrizes curriculares reiteram a centralização dessa formação, à medida que apontam para um perfil técnico ou especialista. Na América Latina as pesquisas têm indicado a necessidade de se produzir orientações curriculares que tenham implicações tanto na formação, quanto na atuação desses profissionais (Pogré, 2020). Nesse cenário, são nossas inquietações: Como a perspectiva da Educação Inclusiva tem sido contemplada na formação de docentes para a Educação Básica na América Latina? Quais as percepções de docentes sobre seus saberes, suas competências e habilidades para atuar com perspectiva inclusiva nas escolas? Nesse sentido, nosso objetivo é traçar um panorama geral sobre a formação de docentes que atuam na Educação Básica em pelo menos cinco países da América Latina. Os procedimentos de geração e análise de dados contemplam: estudos documentais, revisões de literatura, utilização de questionários, formulários, entrevistas e observações, dentre outros. Para a análise a ser apresentada aqui, contemplaremos dados preliminares do Brasil (Brasil, 2023). Em 2023, no Brasil, havia 2.354.194 de docentes atuando na Educação Básica. Em relação à dependência administrativa, destes, 1.250.795 atuavam em instituições municipais, 668.470 em escolas estaduais, 566.858 em instituições privadas e 37.887 em escolas federais. O país tem modelos não-centralizados de contratação, diferente da maioria dos outros países da América Latina, indicando que cada uma das 27 redes estaduais e 5.570 redes municipais possui suas legislações e seus processos de contratação. As duas metas principais de acompanhamento da formação e da atuação docente no país são as metas 15 e 16 do Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014). Uma delas mostra altas taxas de

inadequação docente, principalmente em regiões indígenas e de vulnerabilidade social ou com níveis socioeconômicos muito baixos (Brasil, 2023). Em relação às políticas curriculares, desde 2002 há um intenso debate que direciona reflexões importantes para a formação de professores para atuar na Educação Básica, com diretrizes curriculares nacionais que indicam as licenciaturas de graduação plena. Espera-se que esta pesquisa contribua para a sistematização e o compartilhamento de conhecimentos teórico-práticos que forneçam suporte para o delineamento de políticas educacionais que produzam efetivos percursos de formação profissional docente com vistas à atuação na Educação Básica numa perspectiva inclusiva.

Referências

Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar Estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2023.

Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Relatório do 5º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2024. – Brasília, DF: Inep, 2024. 625 p.

Brasil. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF.

Pogré, Paula Alejandra. Avances y deudas pendientes en los intentos de transformación de las instituciones de formación docente en America Latina. Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores, v. 12, n. 23, p: 21-32, 2020. Disponível em: <https://revformacaodocente.com.br/index.php/rbpfp/article/view/295>. Acesso em: 14 jul. 2024.

UNESCO. 2021. Llegando a todos los estudiantes: una caja de recursos de la UNESCO-OIE para apoyar la inclusión y la equidad en la educación. 2021.

UNESCO. 2020. Global education monitoring report 2020: Inclusion and education – All means all. Paris: UNESCO. (2020). Towards inclusion and equity in education: Status, trends and challenges. Paris: UNESCO.